

INFORMATIVO Plenarium

Informativo Oficial do TRE-SE | Ano XIII - nº 21 - agosto de 2019



MULHERES DO TRE-SE

O empoderamento feminino acumula conquistas no campo social, político e econômico



ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO ELEITORAL

19 personalidades foram agraciadas

EDITORIAL

A matéria de capa da edição de agosto de 2019 do informativo PLENARIUM evidencia, mais uma vez, o papel das mulheres na Justiça Eleitoral. Faz-se um retrospecto histórico desde as Grandes Guerras, mostrando como o empoderamento feminino foi conquistado ao longo das últimas décadas. Além disso, destaca-se a atuação de seis servidoras durante a passagem pela Corte Eleitoral.

A revista apresenta, também, a entrega da Medalha do Mérito Eleitoral a dezenove agraciados. A cerimônia foi aberta aos veículos de comunicação e contou com a presença de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das Forças Armadas, parentes dos contemplados e demais convidados. O evento ocorreu no dia 26 de julho.

Nesta edição, a reportagem especial é sobre a Segurança do Processo Eleitoral. Mostra como a Justiça Eleitoral possibilita a participação da sociedade no controle ativo da segurança desse processo. Além disso, indica o passo a passo de como funciona a votação. Outra matéria em destaque refere-se à entrega de medalhas de Mérito Eleitoral: 19 personalidades foram agraciadas.

No ACONTECEU deste mês, daremos ênfase aos trabalhos da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe, à regularização do título de eleitor e ainda a como seu dará a implantação do Processo Judicial Eletrônico nas Zonas Eleitorais.

O mês de agosto traz a campanha do *Agosto Dourado*, que evidencia a importância do aleitamento materno. Nesta edição, a Dr.^a **Fernanda Barros** discorre sobre o tema em artigo.

Desde a edição anterior, a revista PLENARIUM passou a apresentar a acoluna "Aconteceu no Plenário" (semelhante à coluna ACONTECEU, que relembra os principais fatos do mês). Essa coluna expõe os principais fatos das sessões plenárias, ressalta as informações sobre processos julgados.

E nossa "Memória Eleitoral" fala sobre o *Regime Militar* (1964-1985) e sobre os Atos Institucionais dispostos na época.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



PRESIDENTE

Desembargador José dos Anjos

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargador Diógenes Barreto

JUÍZES MEMBROS

Marcos Antônio Garapa de Carvalho

Áurea Corumba de Santana

Joaby Gomes Ferreira

Sandra Regina Câmara Conceição

Leonardo Souza Santana Almeida

PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL

Eunice Dantas Carvalho

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

COLABORADORES

Érika Letícia

Gabriel Xavier

José Gabriel

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Aracaju - SE - CEP: 49081-000

SUMÁRIO

Aconteceu no Plenário.....	4
Aconteceu.....	5
Segurança do Processo Eleitoral.....	8
Entrega da Medalha do Mérito Eleitoral.....	11
Mulheres do TRE-SE.....	14
Agosto Dourado.....	18

MEMÓRIA ELEITORAL

Castelo Branco Costa e Silva Garrastazú Médici Ernesto Geisel João B. Figueiredo



Regime Militar (1964-1985)

No período de ditadura militar, houve opressão, prisões, mortes, censura, antidemocracia... A seguir, veremos algumas disposições dos Atos Institucionais (Ais): principais documentos de governar da época. Durante esse regime, as eleições tinham a função de legitimar as decisões do governo e de servir como laboratório eleitoral, a população votava controladamente. O Congresso Nacional legitimava as decisões do governo. Fabricou-se o bipartidarismo. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) exercia a oposição controlada: opunha-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), que referendava as decisões da cúpula militar.

O Ato Institucional nº 1 (9/4/64) estabeleceu a eleição indireta para presidente da República pelo Congresso Nacional. Determinou a aprovação de projetos por decurso de prazo: projeto de lei enviado pelo presidente ao Congresso deveria ser aprovado em 60 dias; suspendeu garantias de vitaliciedade dos magistrados e de estabilidade dos servidores públicos por seis meses; autorizou o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos e suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, vedada a apreciação judicial. O Ato Institucional nº 2 (17/10/65) extinguiu os partidos políticos e cancelou os respectivos registros para a organização de novos partidos; permitiu decretar recesso parlamentar em estado de sítio ou fora dele. O Poder Executivo ficou responsável por legislar sobre as matérias previstas na Constituição ou nas leis orgânicas. O Ato Institucional nº 3 (5/2/66) estabeleceu a eleição de governadores indiretamente pelas assembleias legislativas. Os governadores nomeariam os prefeitos das capitais, após aprovação pelas assembleias legislativas. Nos municípios que não fossem capitais, os prefeitos seriam eleitos pelo voto direto.

O Ato Institucional nº 5 (13/12/68): ponto alto da severidade do Regime Militar. Determinou que o presidente da República poderia decretar recesso parlamentar, o Congresso só voltaria a funcionar quando convocado pelo próprio presidente da República; manteve a possibilidade da cassação de direitos políticos e de mandatos por até 10 anos. Quem sofresse essas cassações, além de não exercer seus direitos políticos, poderia ter liberdade vigiada, ser proibido de frequentar determinados lugares, e possuir domicílio determinado; suspendeu a garantia do *habeas corpus* para os acusados de crimes contra a segurança nacional e das infrações contra a ordem econômica e a economia popular.

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE AGOSTO

- 04 Adroaldo dos Santos
- 04 Soraya Lisboa Alves de Almeida
- 05 José Anderson Santana Correia
- 05 Marcelo Gerard Almeida de Andrade
- 06 Luiz Alberto de Jesus Leal
- 07 Carlos André Rodrigues Lucena
- 07 Maria Carmem Souza Santos
- 08 Luciana dos Santos Menezes
- 09 Ana Carolina Sobral Vila Nova de Carvalho Monteiro
- 09 Carlos Alberto Passos Nascimento
- 11 Acácia Santana da Silva Ramos
- 12 Emanuel Santos Soares de Araújo
- 12 Gilvan Andrade Lacerda Filho
- 13 Carlos Alberto Viana Junior
- 14 Evan Karine Fonseca da Silveira
- 16 João Carlos Belarmino Aguiar
- 15 Nilza Santa Rosa
- 17 Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas
- 17 José William Queirós
- 18 Carlos Jorge Leite de Carvalho
- 18 Gina Carla Gomes Almeida
- 20 Miranildes Pinheiro dos Santos
- 22 Mônica Martins Avila Prado
- 24 Aurélio André Carneiro da Cunha
- 24 Mônica de Carvalho Rocha
- 24 Oona Karina Mendes da Silva
- 22 Célia Maria Barreto Sobral Nunes
- 23 Kátia Maria Faro Amorim de Carvalho
- 25 Antonio Sérgio Santos de Andrade
- 27 João Félix Bezerra Júnior
- 29 Maíra Gama Torres
- 30 Luiz Fernando Brito de Carvalho
- 31 Waltenes Silva de Jesus

ACONTECEU NO PLENÁRIO



Calendário e preparativos da Eleição Suplementar de Riachão do Dantas

O pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) aprovou, no dia 10 de julho, a minuta da resolução que estabelece o calendário da eleição suplementar do município de Riachão do Dantas. Com a aprovação, eleitores, candidatos e demais interessados podem visualizar a disposição cronológica das datas que norteiam a preparação do processo eleitoral, conforme a legislação.

O juízo da 4ª Zona Eleitoral, que possui também jurisdição sobre os municípios de Boquim, Arauá e Pedrinhas, é responsável pela organização do pleito de Riachão do Dantas, a ser realizado no dia 1º de setembro (domingo).

Os preparativos para a eleição suplementar estão em andamento. Nos próximos dias, os 220 mesários, notificados pela Justiça Eleitoral, participarão do treinamento. As vistorias nos locais de votação (etapa em que se verificam as condições dos edifícios para recebimento das seções eleitorais) já foram finalizadas. Para verificar o calendário e ver todos os prazos, basta acessar o [site](#) do Tribunal e buscar o [link](#) “TRE-SE aprova o calendário da eleição suplementar de Riachão do Dantas”.

TRE-SE anula o processo referente ao prefeito e à vice-prefeita do município de Telha

Na sessão plenária do dia 9 de julho, o pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) invalidou o processo relacionado à captação ilícita de voto e abuso do poder econômico, cujos réus são o prefeito do município de Telha, **Domingos dos Santos Neto**, e a vice-prefeita, **Terezinha Moraes Prado Gomes**. A ação de investigação judicial eleitoral foi proposta pela coligação “Juntos com a Força do Povo”.

Os membros votaram, de forma unânime, em conhecer e dar provimento ao recurso para proclamar a nulidade do processo desde o indeferimento da oitiva do Senhor **José Magno Santos da Silva**. O julgamento deve ser reiniciado pelo juiz titular da 19ª Zona Eleitoral.

ACONTECEU

TRE-SE realizou Atendimento Biométrico Itinerante em Itabaiana



No mês de julho, os eleitores de Itabaiana foram contemplados com o Atendimento Biométrico Itinerante (ABI) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Ofereceram-se os serviços de revisão, alistamento, transferência e segunda via de títulos eleitorais.

Os atendimentos aconteceram na escola Maria Faustina Barreto (Bairro Queimadas), nos dias 09, 10, 15, 16 e 17; na escola Luiz Floresta (Povoado Bom Jardim), nos dias 22, 23 e 24; e na escola Rural (Povoado Mangabeira), nos dias 29, 30 e 31.

O eleitor sempre deve comparecer ao local de atendimento munido de documento oficial com foto e de comprovante de residência atualizado (conta de água, de luz, de telefone, etc.).

O ABI viabiliza a assistência aos eleitores (principalmente, os que têm dificuldades de acesso ao cartório) e tem a capacidade de atender cerca de 120 pessoas por dia. Segundo o juiz eleitoral, **Herval Márcio Silveira Vieira**, da 09ª Zona Eleitoral, além do ABI, o atendimento no Cartório Eleitoral funciona normalmente.

Servidores do TRE-SE participaram de curso sobre Modelagem de Processos de Trabalho

Servidores das secretarias da sede e dos cartórios eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) participaram (de 03 a 05 de julho) de mais uma etapa do curso sobre *Modelagem de Processos de Trabalho*, oferecido pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG). O treinamento foi ministrado pela servidora **Ada Cristiane Campos**, chefe da Seção de Otimização de Processos Organizacionais (SEORG).

O objetivo foi capacitar servidores em relação ao uso de notação gráfica para representar e documentar processos de trabalho, de modo a fornecer visão ampla em relação a esses processos: ponto de partida de qualquer melhoria. “A gente faz a modelagem a partir da notação BPMN (Business Process Modeling Notation) utilizando a ferramenta Bizagi”, disse Ada Cristiane.

A capacitação pertence às atribuições do Escritório de Processos – Educar e Treinar em Gestão por Processos –, que tem o objetivo de disseminar conceitos, ferramentas e práticas simples e acessíveis, aplicáveis nas unidades do Tribunal, visando a aumentar os ganhos organizacionais em benefício da sociedade.



Escola Judiciária do TRE-SE levou o Projeto Eleitor do Futuro a Malhador



No dia 3 de julho, a Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE), do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), esteve com o *Projeto Eleitor do Futuro* na Escola Rural Barroco, Povoado Barroco, Zona Rural de Malhador-SE. O servidor **Jorge Correia Dantas**, da 26ª Zona Eleitoral, foi o voluntário-facilitador da palestra.

Do evento, que ocorreu no período vespertino, participaram 75 alunos sob a supervisão da professora **Gleide Izidório**. O projeto objetiva incentivar os futuros eleitores à prática da cidadania e fornece conhecimento acerca do processo eleitoral brasileiro.

No início deste ano, a EJESE encaminhou convite aos servidores lotados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado de Sergipe, a fim de que atuassem como voluntários e facilitadores do *Projeto Eleitor do Futuro*, com o propósito de conseguir abranger um número maior de alunos. A quantidade de servidores interessados foi bastante significativa.

ACONTECEU

TRE-SE realizou a primeira reunião no sentido de implantar o PJe nas Zonas Eleitorais

No dia 03 de julho, foi realizada a primeira reunião no sentido de regulamentar a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas zonas eleitorais (ZEs) do Estado de Sergipe. Na reunião, foi definido o cronograma de treinamento para os cartórios das zonas da capital (1ª, 2ª e 27ª), a fim de que, nelas, se utilize o sistema a partir de 20 de agosto deste ano. Essas unidades já possuem conexão de *internet* com capacidade para rodar o PJe.

A Portaria TSE nº 344/2019 instituiu as regras para se utilizar o sistema PJe para a tramitação dos processos no âmbito da Justiça Eleitoral (JE) já a partir da primeira instância. O objetivo é que, no pleito municipal de 2020, o sucesso na utilização do sistema seja o mesmo das eleições gerais do ano passado.

No mês de outubro, o PJe será implementado em zonas de médio porte do interior, nas quais a capacidade de conexão com a *internet* gira em torno de 2MB.



Evite contratempos e regularize o título eleitoral

Imaginou planejar uma viagem internacional e ter problemas para renovar o passaporte? Isso pode acontecer com quem não votou ou não justificou a ausência a três pleitos seguidos, lembrando: cada turno é considerado uma eleição. Em maio deste ano, a Justiça Eleitoral cancelou mais de 2,4 milhões de títulos eleitorais nessa condição em todo o Brasil.

Em Sergipe, foram cancelados 24.326 títulos. Aracaju liderou o número de cancelamentos, com 9.655 títulos cancelados, seguido de Nossa Senhora do Socorro (1.865), Itabaiana (941), Estância (880), São Cristóvão (823) e Lagarto (790).



A regularidade do título de eleitor é exigência para obter diversos documentos: passaporte, carteira de trabalho, certificado de reservista e outros. E, sem a regularidade do título eleitoral, o cidadão fica impedido de exercer vários direitos.

Regularize já!

Se o seu título foi cancelado, a primeira medida a ser tomada é pagar a multa no valor de R\$ 3,51 por turno de votação a que o eleitor tenha faltado. O portal do TRE-SE mostra o passo a passo para a quitação de multas eleitorais. Em seguida, será necessário solicitar a regularização do título.

comparecer a um cartório eleitoral e apresentar um documento de identificação e comprovante de residência para

Secretária judiciária assume a função no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Na sessão do dia 9 de julho, **Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas** assumiu a função de secretária judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). Ocupou a cadeira deixada em vacância por **Marcos Vinicius Linhares**, que tomou posse como juiz de Direito no TJAL. Ana Maria era coordenadora do controle interno do Tribunal.

O presidente, Des. **José dos Anjos**, lhe deu as boas-vindas e disse que confia no trabalho dela, por saber que a nova comandante da SJD já é da casa: “a Dr.ª Ana Maria já conhece literalmente o funcionamento desta Corte; e eu tenho a convicção de que os trabalhos terão perfeita continuidade. Seja bem-vinda!”



ACONTECEU

Despedida da servidora Roberta Queiroz



Em 12 de julho de 2019, familiares, autoridades, servidores reuniram-se para homenagear a servidora aposentada **Roberta Queiroz de Azevedo** do TRE-SE. Em 1º de novembro de 1989, Roberta tomou posse no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE).

Iniciando as honrarias, dona Carmem, mãe de Roberta, entregou uma ORQUÍDEA enviada como presente pela Dra. **Gecilda Costa**, esposa do Cel. **Costa Filho**. Os amigos celebraram também a vida de Roberta! Nos últimos dois anos, ela teve o diagnóstico de mieloma (momentos difíceis). Em vídeo, foram exibidos depoimentos retratando a vida e a obra de Roberta Queiroz: momento de grande emoção! Todos sabem como Roberta sente-se orgulhosa por ter sido parte do quadro da Justiça Eleitoral.

A servidora (cantora) **Glória Grazielle**, acompanhada pelo músico **Ancelmo Jr.** e pelos colegas servidores da plateia, cantou a bela canção “Aleluia”. Em seguida, entregou-se a MEDALHA com a imagem de Nossa Senhora de Fátima: Roberta é devota da santa.

Na celebração esteve o presidente do TRE-SE, desembargador **José dos Anjos**, e o Des. **Edson Ulisses** (ex-corregedor eleitoral). Foi, ainda, entregue a placa em homenagem à servidora Roberta Queiroz, que diz: “Por onde passou, Roberta deixou a marca indelével da integridade e do “benfazer”! Ocupou um espaço especial nos corações de todas as pessoas com as quais conviveu!”.

Obra do poço artesiano é finalizada no TRE-SE

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), com a conclusão da obra do poço artesiano, deu mais um passo em direção à sustentabilidade e à economicidade na gestão de recursos públicos. A contratação ocorreu em abril deste ano e teve o objetivo de instalar uma bomba submersível, além de implantar a rede de distribuição com tubulação em PVC para alimentar dois reservatórios, que receberão as águas desse poço.

O poço está localizado em frente ao galpão do depósito de bens usados do TRE-SE. Antes da conclusão do projeto, praticamente, toda a água utilizada pelo Tribunal era fornecida pela concessionária DESO, sendo pequena a quantidade aproveitada com a captura e utilização de águas pluviais.

O poço, por meio da rede de distribuição, fornecerá a água necessária ao uso das descargas sanitárias, irrigação dos jardins, limpeza dos pisos e dos veículos oficiais. A implantação dessa tecnologia sustentável reduzirá as despesas de caráter continuado.



TRE-SE recebeu visita da Supat



No dia 18 de julho, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) recebeu a visita de representantes da Superintendência de Gestão do Patrimônio do Estado (Supat). Os servidores estaduais vieram conhecer o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (ASI Web), utilizado pelo TRE-SE.

Os responsáveis por demonstrar as funcionalidades do sistema se reuniram com a chefe da Seção de Gestão de Patrimônio, **Patrícia Sales de Oliveira**, o assistente da Seção, **José Hora de Almeida Neto**, e o chefe da Seção de Gestão de Almoxarifado, **Marcus Vinicius de Moraes Corrêa**.

O superintendente da Supat, **Wedson Andrade**, disse que o Estado de Sergipe busca atualizar a plataforma da instituição. “O Estado adquiriu o mesmo sistema de patrimônio, estamos trabalhando na atualização. A reunião com agentes do TRE-SE é fundamental para conhecermos em detalhes o modo de operar o sistema e aplicá-lo à realidade da superintendência”, pontuou Wedson.



A Justiça Eleitoral possibilita a ampla participação da sociedade no controle ativo da segurança do processo eleitoral. Por meio de mecanismos e eventos que permitem a inclusão do cidadão como agente fiscalizador, a atuação da comunidade para a evolução da urna eletrônica e do processo eleitoral é imprescindível para a garantia da lisura do pleito.

A seguir, apresentamos os principais procedimentos de auditoria disponíveis para o controle popular da votação eletrônica e o modo como o eleitor pode aumentar a participação na construção de um processo eleitoral mais transparente.

Boletim na mão

Muitas dessas fiscalizações podem ser feitas com a palma da sua mão, apenas utilizando o *smartphone*, baixando aplicativos (disponíveis para *IOS* e *Android*). Por exemplo, pelo celular, o eleitor pode conferir o resultado de seções eleitorais e atestar a confiabilidade do sistema eletrônico de votação. Pois o sistema de votação brasileiro possui um mecanismo que possibilita revisar o resultado do pleito e atestar a confiabilidade das urnas.

O BU é o documento que registra os votos recebidos pelos candidatos na seção eleitoral. Por meio dele, qualquer cidadão pode conferir os resultados apurados

nas urnas diretamente do celular. Como funciona: no encerramento da votação, a urna imprime cinco vias do boletim, trazendo a identificação da seção eleitoral, bem como o número de eleitores que ali votaram e a quantidade de votos registrados para cada candidato ou partido. Uma das vias do BU é afixada na porta da seção eleitoral, tornando público o resultado. Assim, o eleitor pode auditar o resultado de uma ou mais seções por meio do QR Code impresso no boletim (BU) disponibilizado. O código pode ser lido por celular (com câmera fotográfica) que tenha o aplicativo *Boletim na Mão* instalado. Ao mesmo tempo, a versão eletrônica do boletim é enviada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SE) para a conferência da autenticidade dos dados recebidos e para o início da contagem de votos.

Testes Públicos de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação

Qualquer cidadão pode participar do Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação. Os testes têm o objetivo de dar mais transparência ao sistema e demonstrar a confiabilidade e a segurança da urna. A Resolução TSE nº 23.444/2015 determina que o Teste Público de Segurança seja realizado antes de cada eleição ordinária, preferencialmente, no segundo semestre dos anos que antecedem os pleitos eleitorais.

A primeira edição foi realizada no período de 10 a 13 de novembro de 2009. Nenhum dos testes até hoje se observou violação de urna, ou dos programas colocados à prova. Ideias apresentadas pelos especialistas sempre contribuem para o aperfeiçoamento da votação, considerando-se as questões tecnológicas. Para saber mais detalhes sobre os testes públicos de segurança acesse o *link* <http://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica/seguranca-da-urna/seguranca>.

Auditoria das urnas

A **auditoria das urnas** é mais um mecanismo da Justiça Eleitoral para comprovar a credibilidade do sistema eletrônico de votação. No dia anterior às eleições, é feito um sorteio de urnas que seriam utilizadas na votação real (a quantidade de urnas varia de acordo com a proporção de eleitores de cada Estado). Essas urnas serão auditadas no dia das eleições paralelamente. São convidados fiscais de partidos políticos e coligações, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como entidades representativas da sociedade. O evento é aberto ao público e à imprensa.

Dias antes da eleição, cédulas de votação são entregues aos representantes dos partidos políticos para serem preenchidas. Essas cédulas ficam guardadas e lacradas até o dia da auditoria. No dia da auditoria, os participantes recolhem uma cédula, revelam aos fiscais e demais presentes os candidatos nominados na cédula e, em seguida, digitam os números correspondentes no Sistema de Apoio à Auditoria das Urnas. Todo o processo é fiscalizado e filmado.

Pardal

Com o aplicativo *Pardal*, é possível que o eleitor preste assistência à Justiça Eleitoral com seu *smartphone*. Essa ferramenta permite o envio de denúncias com indícios de práticas indevidas ou ilegais à Justiça Eleitoral referentes a campanhas eleitorais. O aplicativo está disponível par os sistemas *IOS* e *Android*, ou sistema *web*. As denúncias podem ser feitas com sigilo de dados. O interessado pode acompanhar a denúncia pelo número de protocolo, consultar estatísticas de denúncias por abrangências de estado. O aplicativo, ainda, mostrar orientações sobre o que é crime ou não, facilitando a compreensão do eleitor.

Mesários

Você sabe qual o papel do mesário nas eleições? O mesário é o representante da Justiça Eleitoral que compõe a mesa receptora de votos. Qualquer eleitor pode participar do projeto **Mesário Voluntário**: programa criado com o objetivo de incentivar a adesão aos serviços eleitorais de forma consciente e espontânea.

O mesário é uma das figuras mais importantes do processo eleitoral. É o responsável pelo gerenciamento do fluxo de pessoas dentro da seção de votação, por conferir a identidade dos eleitores, e exerce a fiscalização da lisura do processo no âmbito de sua competência.

Além de contribuir para o processo democrático e adquirir novos conhecimentos, o mesário é dispensado do serviço pelo dobro dos dias de serviço prestado à Justiça Eleitoral. Em concursos públicos da Justiça Eleitoral ou em outros (conforme o edital), ter trabalhado em eleição é critério de desempate.

Fiscal de partido, assinatura digital e lacração dos sistemas

Mas não é só o mesário que tem função importante nas eleições, o fiscal eleitoral que, por incumbência do partido ou da coligação, representa a agremiação partidária no local de votação fica, no momento da eleição, na seção eleitoral para fiscalizar a votação e outros procedimentos.

Lacração das urnas

A Cerimônia de Lacração das Urnas é feita cerca de 30 dias antes do dia da eleição: o TSE realiza a Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas Eleitorais. Os sistemas de computador utilizados no processo de votação, apuração e totalização são lacrados e assinados digitalmente em cerimônia pública, exigida por lei. O procedimento confere todo o conjunto de

sistemas. Assim, é possível ter certeza de que não houve adulteração dos programas desenvolvidos pela Justiça Eleitoral. Os mais de 120 sistemas utilizados no processo eleitoral brasileiro são desenvolvidos pelos analistas da Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE e, ao final do desenvolvimento, são lacrados. Antes da lacração, verifica-se minuciosamente a integridade e a funcionalidade. O objetivo é conferir transparência e credibilidade ao sistema eletrônico de votação.

Os sistemas, após a lacração, só podem ser ativados por meio de senhas geradas pelo TSE. No dia da votação, as próprias urnas eletrônicas verificam a assinatura digital ao serem ligadas, não há assim a possibilidade de um *software* que não seja de autoria do TSE ou que tenha sido adulterado funcionar. A lacração dos sistemas é a última camada de assinaturas dessa versão do sistema eleitoral. Esses são os procedimentos que garantem a segurança do processo de votação e dos quais você, como eleitor, pode participar, fiscalizar e garantir a seguridade desse procedimento.

Votação

Agora vamos entender um pouco como funciona a votação no dia da eleição. Os procedimentos começam quando o mesário liga a urna e a **zerésima** é impressa: esse comprovante mostra que não há votos computados no equipamento. O sistema só permite que a votação comece às 8h. A partir desse horário, o eleitor pode apresentar-se para votar. O mesário procura o nome do eleitor na lista e digita o número do título eleitoral no

teclado. Na tela, aparece o nome do eleitor, se pertence à seção e se está apto a votar. Então é feita a validação da identidade por **identificação biométrica**. Depois disso, o eleitor pode dirigir-se à urna e votar. O eleitor digita os números dos candidatos e confirma apertando a tecla verde. Ao final, a urna emite um sinal sonoro mais longo, e a palavra “fim” aparece na tela. Após a conclusão da votação, o sistema criptografa os dados, faz o registro digital dos votos e cria uma assinatura digital, que funciona como um certificado de inviolabilidade.

Se alguém tentar alterar o voto, a urna para de funcionar, e a tentativa de fraude é detectada. Tudo fica gravado em três dispositivos de memória acoplados à urna: um *pendrive* (chamado de memória de resultado) e dois *flash cards* (semelhantes aos cartões de memória das câmeras digitais).

A votação termina às 17h. O sistema não permite o encerramento antes desse horário. O mesário encerra a votação e imprime cinco vias do **Boletim de Urna**: documento que contém os votos registrados para cada candidato. O *pendrive* (mídia de resultado) é retirado da urna e levado ao cartório eleitoral.

Os dados criptografados são enviados à central de contagem do TRE-SE, via rede da Justiça Eleitoral (privativa e protegida). Na central de totalização, um *software* confere a autenticidade das informações, decodifica os dados e faz a contagem geral de votos no Estado. Por fim, o TSE faz a leitura das bases de dados dos TREs, recebe, consolida os votos e divulga os resultados em tempo real na *internet*.



ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO ELEITORAL OCORREU NA SEXTA (26 DE JULHO)

19 personalidades foram agraciadas

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) realizou, na tarde de 26 de julho, a sessão solene de outorga da Medalha do Mérito Eleitoral a dezenove agraciados. O evento ocorreu no plenário **Fernando Ribeiro Franco**, localizado no edifício-sede do TRE-SE.

A cerimônia foi aberta aos veículos de comunicação e contou com a presença de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das Forças Armadas, parentes dos contemplados, servidores da Justiça Eleitoral e demais convidados. A Medalha do Mérito Eleitoral é um reconhecimento público pela valiosa contribuição de cidadãos, empresas e/ou instituições que, em razão do ofício ou a título de cooperação, promoveram o aprimoramento do serviço eleitoral em Sergipe.

Compuseram a mesa de honra o presidente do TRE-SE, Des. **José dos Anjos**, o corregedor regional eleitoral, Des. **Diógenes Barreto**, a procuradora regional eleitoral, Dr.^a **Eunice Dantas**, os juízes-membros **Marcos Antonio Garapa de Carvalho**, **Áurea Corumba de Santana**, **Leonardo Souza Santana Almeida**, **Sandra Regina Câmara Conceição** e **Joaby Gomes Ferreria** e a secretária judiciária do TRE-SE, Sr.^a **Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas**.

Também tiveram assento à mesa diretora dos trabalhos: o representante do governador de

Sergipe, **Vinícius Thiago Soares de Oliveira**; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, deputado **Luciano Bispo**; o Des. **Alberto Romeu Gouveia Leite**, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe; e o procurador-geral de justiça, **Eduardo Barreto D'ávila Fontes**.

Os primeiros a receber a comenda, no Grau Comendador, foram os juízes membros do Tribunal **Marcos Antonio Garapa de Carvalho**, **Leonardo Souza Santana Almeida**, **Sandra Regina Câmara Conceição**, **Joaby Gomes Ferreira**. Os demais membros do TRE-SE já haviam recebido, em solenidade pretérita, a Medalha do Mérito Eleitoral.

Foram condecoradas com o Grau Comendador as seguintes personalidades: a procuradora **Gicelma Santos do Nascimento**; o Des. Federal **Carlos Rebêlo Júnior**; o juiz federal **Edmilson da Silva Pimenta**; o promotor **José Rony Silva Almeida**; o coronel **Marcony Cabral Santos**; o juiz **Manoel Costa Neto**. O Des. **Artur Oscar de Oliveira Deda** recebeu a homenagem (*post mortem*), no Grau Grão-Mestre.

Com o Grau Oficial, receberam a Medalha do Mérito Eleitoral as personalidades a seguir nominadas: a juíza **Brígida Declerc Fink**; **Marcelo Gerard Almeida de Andrade**; **Roberta Queiroz de Azevedo**; **Maria Isabel de Moura Santos**; **Evanilde de Jesus**; **José Ricardo Silva Maximino**; e **Carolina Teles Franco**.

A ministra **Rosa Weber**, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), encaminhou ofício à Presidência do TRE-SE, no qual ressaltou sentir-se muito honrada com a indicação para receber a Medalha do Mérito Eleitoral, e justificou a ausência por conta de compromissos inadiáveis assumidos anteriormente junto ao Supremo Tribunal Federal e ao TSE.





As medalhas representam a mais alta homenagem do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, as quais são conferidas por indicação do conselho formado pelos membros da Corte Eleitoral e entregues por seu presidente em sessão solene única.

A Comenda foi criada em 18/06/2003 pelas Resoluções TRE-SE 181 e 182, com o objetivo de reconhecer publicamente a contribuição de cidadãos com vistas ao constante processo de aprimoramento dos serviços eleitorais e ao engrandecimento da Justiça Eleitoral em Sergipe.

O espaço cultural, localizado ao lado do plenário e visitado por todos, foi palco da exposição com fotos de seis mulheres que representam o empoderamento feminino. Em adição, houve o lançamento simultâneo da revista PLENARIUM, que também destaca o trabalho de magistradas e de servidoras que marcaram sua passagem pela Justiça Eleitoral sergipana. Representando a força da mulher, o informativo relembra os serviços prestados pela da Des. **Clara Leite de Resende**, Des. **Marilza Maynard Salgado de Carvalho**, Des. **Josefa Paixão de Santana**, Dr.^a **Sílvia Léa Suely Farias**, bem como das ex-servidoras **Lêda Maria Linhares Constantino da Silva** e **Claire Nunes Mota**.

Segundo a homenageada Carolina Teles Franco, diretora-presidente da TV Sergipe, “foi uma satisfação muito grande receber a medalha. Essa é a maior homenagem do TRE-SE, um Tribunal que tem uma função importante: garantir a lisura do processo eleitoral, com isso, fortalecer a nossa democracia. Como representante do Grupo Sergipe de Comunicação, eu só tenho agradecer e reforçar o nosso compromisso com o Tribunal e com todos os cidadãos/eleitores de Sergipe”.

O promotor de justiça Rony Almeida declarou: “Eu não recebo a honraria como pessoa física, eu a recebo institucionalmente, como membro do Ministério Público Estadual, representando uma classe imensa, valorosa e que contribui para que o Estado de Sergipe tenha números bons em saúde, educação e segurança pública. Em nome da instituição afirmo que estou muito feliz e grato.”

O coronel Marcony Cabral, comandante da Polícia Militar do Estado de Sergipe, declarou que “estar à frente da Polícia Militar, neste momento, é uma honra muito grande, porque esta comenda é um reconhecimento do TRE-SE a uma corporação que, ao longo dos anos, vem fazendo um trabalho brilhante, garantindo a cidadania, a democracia e a realização de eleições tranquilas no Estado de Sergipe. Portanto, é uma alegria muito grande. E quero agradecer a cada policial militar que se dedica ao trabalho. Que eles se sintam representados pelo seu comandante nesta homenagem à Polícia Militar de Sergipe”.

Para o homenageado Manoel Costa Neto, juiz de Direito, o recebimento da medalha tem um significado especial: “Atuo na Justiça Eleitoral desde 1994 como juiz. Antes de ser juiz, trabalhei como mesário (presidente de mesa receptora de votos) e como integrante de junta apuradora. Nosso trabalho é semelhante ao de formiguinha, a gente faz continuamente, mas a população só percebe a cada dois anos.”

Marcelo Gerard, coordenador das eleições em Sergipe, declarou: “Este momento é de profunda relevância para o Tribunal. Para nós que colaboramos dia a dia com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral, o recebimento da comenda é algo de muito valor”.



MULHERES DO TRE-SE

A edição deste mês da revista PLENARIUM dá continuidade à série de homenagens às mulheres, que representam o empoderamento feminino conquistado ao longo das últimas décadas. Atualmente, não existe nicho profissional sem mulheres atuantes. E o expressivo número de mulheres ocupando cargos de liderança no Poder Judiciário é uma prova contundente de tal afirmação.

São destaques de capa da tiragem de julho as ex-presidentes do Tribunal Regional Eleitoral **Aparecida Gama** e **Madeleine Gouveia**, a ex-corregedora **Rosalgina Libório**, as servidoras aposentadas **Vania Quintela** e **Iracema Carvalho**, bem como a assessora dos juízes membros do TRE-SE, **Alessandra Santos Cerqueira**.

Antes de adentrarmos no legado de cada uma das nossas homenageadas, é preciso voltar no tempo para que entendamos, de forma sintética, um dos grandes marcos históricos relacionados ao mercado de trabalho feminino.

A historiografia aponta que as I e II Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente) foram decisivas para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Durante as grandes guerras, enquanto os homens estavam nas frentes de batalha, as mulheres foram obrigadas a assumir os negócios da família e os postos de trabalho deixados pelos homens/soldados.

Com o término das guerras, milhares de homens perderam as vidas, e muitos outros foram mutilados, e impossibilitados de voltar ao trabalho. Nesse momento, as mulheres sentiram-se obrigadas a deixar suas casas e os

filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos.

A história está repleta de mulheres corajosas, à frente de seu tempo, visionárias que, com a competência e a vontade de vencer, moldaram e continuam a pavimentar a estrada de sucesso hoje trilhada por milhões de avós, mães e filhas ao redor do mundo.

Desembargadora **Aparecida Gama** (2012-2014)



A desembargadora **Aparecida Gama** nasceu em Ribeirópolis-SE, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é pós-graduada em Direito Processual Civil e Direito Processual. Ela iniciou a carreira profissional em 1969 como advogada da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso): instituição na qual laborou até 1978.

Começou na magistratura em 1978. Como juíza, Aparecida Gama passou pelas Comarcas de Porto da Folha, Aquidabã, Japarutuba, São Cristóvão e Aracaju. Foi Juíza Eleitoral das Zonas 3ª, 11ª e 21ª, de 1978 até 1988. A magistrada também foi membro Suplente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE). De novembro de 1985 a janeiro de 1986, atuou como professora substituta da cadeira de Direito Civil VII nas Faculdades Integradas Tiradentes.

Tomou posse, em 2008, como desembargadora do TJSE. Em 2009, assumiu a Corregedoria Geral de Justiça do TJSE para o biênio 2009-2011. E, em 2012, assumiu a Presidência do TRE-SE, comandou o Tribunal no biênio 2012-2014. Em sua gestão, foram entregues quatro novos fóruns eleitorais: Lagarto, Campo do Brito, Nossa Senhora do Socorro e Maruim. Na presidência do TRE-SE, a desembargadora Aparecida Gama focou em proporcionar melhores condições de atendimento ao público e de trabalho para os magistrados e para servidores. Nesse sentido, foi realizada a reforma e ampliação da sede do TRE-SE.

A qualidade dos serviços referentes aos sistemas informatizados do Tribunal também foi aperfeiçoada. Pensando nisso e observando o grande número de acessos ao site do TRE-SE por meio de *smartphones*, a Secretaria de Tecnologia de Informação (STI) desenvolveu uma versão otimizada da página.

Nas Eleições de 2012, Sergipe destacou-se como o estado com menor taxa de abstenção do país. Foram providenciais as estratégias para que esse resultado fosse alcançado: fez-se uma checagem correspondente à preparação e ao deslocamento de urnas eletrônicas, houve a substituição de cerca de 5% delas.

Nessa gestão, consolidaram-se alguns projetos institucionais: o Projeto Eleitor do Futuro, desenvolvido pela Escola Judiciária. Esse projeto existe desde 2004 e foi aprimorado em 2013. Entre julho e novembro desse ano, quase 4 mil estudantes conheceram o projeto, 18 escolas foram agraciadas; a campanha do Mesário Voluntário, criada desde 2004, também foi inovada em 2012 com a *Semana do Mesário Voluntário*, que buscou evitar a participação obrigatória.

Desembargadora Madeleine Gouveia (2007)



A desembargadora **Madeleine Gouveia** é aracajuana, formou-se pela Faculdade de Direito de Sergipe em 1960 e é pós-graduada em Direito pelo Instituto Vicente Greco Filho. Foi chefe de pessoal e advogada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e advogada da Petrobras. Foi nomeada juíza de Direito em setembro de 1975.

Madeleine Gouveia, primeiramente, atuou na Comarca de Porto da Folha, na qual passou quase nove anos até ser promovida: passou a atuar na Comarca de Lagarto em março de 1984. Dois anos depois, foi removida para a Comarca de Aracaju, ocupou a 2ª Vara Cível, especializada em Direito de Família.

Comandou, ainda, a Associação de Magistrados do Estado de Sergipe (AMASE) durante o biênio 1992-1993. Foi Juíza Eleitoral da 2ª Zona de Aracaju por dez anos. Presidiu também a Turma Recursal dos Juizados Especiais no biênio 2000-2001. Foi nomeada juíza membro do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) em outubro de 2003 e encerrou mandato em outubro de 2005.

Foi promovida pelo critério de antiguidade para o cargo de desembargadora, assumiu no dia 29 de maio de 2006. No TRE-SE, assumiu o cargo

de presidente em março de 2007, permaneceu nove meses. A Dr.^a Madeleine Gouveia foi a **5ª mulher a ocupar uma vaga nesse Tribunal Pleno sergipano**.

Em sua gestão, as ações administrativas foram voltadas ao desenvolvimento institucional e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Foi implantado o *Programa Nosso Ambiente*, com objetivo de preservar o meio ambiente e de ser fazer utilização racional dos recursos materiais.

Visando à saúde e ao bem-estar do servidor, houve atividades preventivas nas áreas médica e social, como palestras e campanhas. O tipo de discagem das linhas telefônicas dos Cartórios Eleitorais foi transformado: passou a ser *discagem direta ramal*, atendendo plenamente às necessidades de comunicação de voz entre a sede do Tribunal e essas unidades.

Rosalgina Libório



Dra. **Rosalgina Libório** é formada em Ciência Jurídica (1979) pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Em 1984, assumiu, no Tribunal da Justiça do Estado de Sergipe, o cargo de juíza de Direito da Comarca de 1ª Entrância de Boquim, até 1989. Foi promovida por merecimento, assumiu a Comarca de 2ª Entrância de Itabaiana, até ser removida para a 11ª Vara Cível da Comarca de Aracaju em 1992.

Em novembro de 2002, ocupou o cargo de corregedora do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), permanecendo por cinco meses. Foi Juíza Eleitoral de Boquim (4ª ZE), de Itabaiana (9ª ZE) e da 1ª Zona Eleitoral, no período de 1992 a 1999. Em 2001, iniciou a carreira de professora nos cursos de Direito Processual Civil I e IV na Universidade Tiradentes. Atuou, por diversas vezes, como desembargadora substituta no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Em outubro de 2001, assumiu como Juíza membro do TRE-SE, permanecendo pelo biênio (2001-2003).

Iracema Almeida Carvalho



Iracema Almeida Carvalho é pedagoga. Foi agente administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). Em 1986, foi requisitada para trabalhar no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e trabalhou na Seção de Recursos Humanos até o ano de 2005.

Ela exerceu diversas funções comissionadas: auxiliar especializada, supervisora de gabinete, chefe substituta da Seção de Pagamento, entre outras. Trabalhou 19 anos, 6 meses e 16 dias no TRE-SE.

Os servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) **Adriana Sobral** e **Marcos Fábio**, que trabalharam com a servidora (popularmente conhecida como “Ceminha”), falaram que ela era muito alegre, ativa, comunicativa e que gostava de desafios.

“Iracema alegrava a todos com os quais trabalhava e era muito comunicativa. Gostava muito de desafios, em relação ao trabalho que ninguém queria, ela se debruçava e resolvia o que fosse necessário”, ressaltaram.

Vania Quintela



Vania Quintela, mãe de Josafá e de Miguel, iniciou a carreira no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) como atendente judiciária (1994). Dois anos depois, passou em novo concurso e foi nomeada analista judiciária do TRE-BA: órgão no qual trabalhou durante 14 anos. Em 2010, retornou ao TRE-SE para cumprir missões: idealizar e implantar projetos significativos para a melhoria do Tribunal como um todo e para o aprimoramento da gestão de pessoas. Na Bahia, é claro, Vânia também produziu muitos frutos.

Ela foi idealizadora, construtora e quem executou e conduziu o projeto *MosTRE-SE*, conhecido por ser um show de talentos, cujos artistas participantes são os servidores do TRE-SE. Foi a idealizadora do *Programa de Estagiários*, como também do programa *Gestão por Competências* que está sendo implementado no Tribunal.

Vania possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2006), tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional. Vania se aposentou do Tribunal em maio deste ano.

Alessandra Santos Cerqueira



Alessandra Santos Cerqueira é formada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Durante o curso, estagiou no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), no gabinete da juíza Aparecida Gama. Alessandra conta que, por influência de amigos, resolveu fazer o concurso do TRE-SE. “Sempre amigos meus faziam concurso, então decidi fazer. Saiu o edital do TRE-SE, eu estudei três meses e passei em segundo lugar (aplicados os critérios de desempate, acabei no quarto lugar), entrei no Tribunal como técnica judiciária em abril de 1996”, contou.

Atualmente, Alessandra comanda a assessoria dos juízes-membros. Um de seus objetivos é seguir carreira na magistratura federal. A servidora revela que, certa vez, abriu mão da chefia da ASJUS para se dedicar aos estudos. Alessandra coordena e discute com os demais assessores dos membros tudo o que acontece no setor. Ela tem a função de minutar os votos e executar as determinações contidas nos despachos, etc.

No dia 19 de julho de 2016, Alessandra foi agraciada com a **Medalha do Mérito Eleitoral** no Grau Oficial. A medalha é um reconhecimento à contribuição de servidore(a)s no processo de aprimoramento do serviço eleitoral.

POR UM AGOSTO DOURADO: AMAMENTAÇÃO VALE OURO!



A Lei nº 13.435, de 12 de abril de 2017, instituiu o Mês do Aleitamento Materno: AGOSTO. E eis que passa a existir o AGOSTO DOURADO. A cor dourada sinaliza o valor do leite materno. Devido a importância do tema, a Organização Mundial da Saúde classifica o leite materno como alimento de ouro para a saúde das crianças.

A recomendação da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria é a seguinte: aleitamento materno desde a sala de parto, exclusivo e em livre demanda até o 6º mês, estendido até 2 anos ou mais.

É o único alimento capaz de oferecer todos os nutrientes na quantidade exata de que a criança precisa. A superioridade orgânica do leite materno o torna de melhor digestibilidade. É também o alimento mais completo para promover o crescimento e o desenvolvimento infantil. Crianças amamentadas estão mais protegidas contra doenças infecciosas.

O leite materno é um alimento vivo, econômico, que está sempre pronto e sem contaminação. Ele muda de composição, sabor e volume durante todo o período de amamentação, inclusive do começo para o final da mamada e da manhã para a noite. Não há dúvidas sobre os benefícios fisiológicos, psicológicos, socioeconômicos e culturais da prática do aleitamento materno para a díade mãe/bebê.

Sabe-se que a amamentação, isoladamente, é a estratégia de maior impacto, capaz de salvar a vida de cerca de 13% das crianças menores de 5 anos em todo o mundo por causas preveníveis. O estímulo à amamentação exclusiva salva aproximadamente 6 milhões de crianças por ano.

Há vinte anos, entre os dias 1º e 7 de agosto, ações em todo o mundo são voltadas à Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM). Diversas organizações governamentais e não governamentais, comunidades científicas e populares, grupos religiosos e outros se mobilizam e são mobilizados para promover, proteger e apoiar a amamentação.

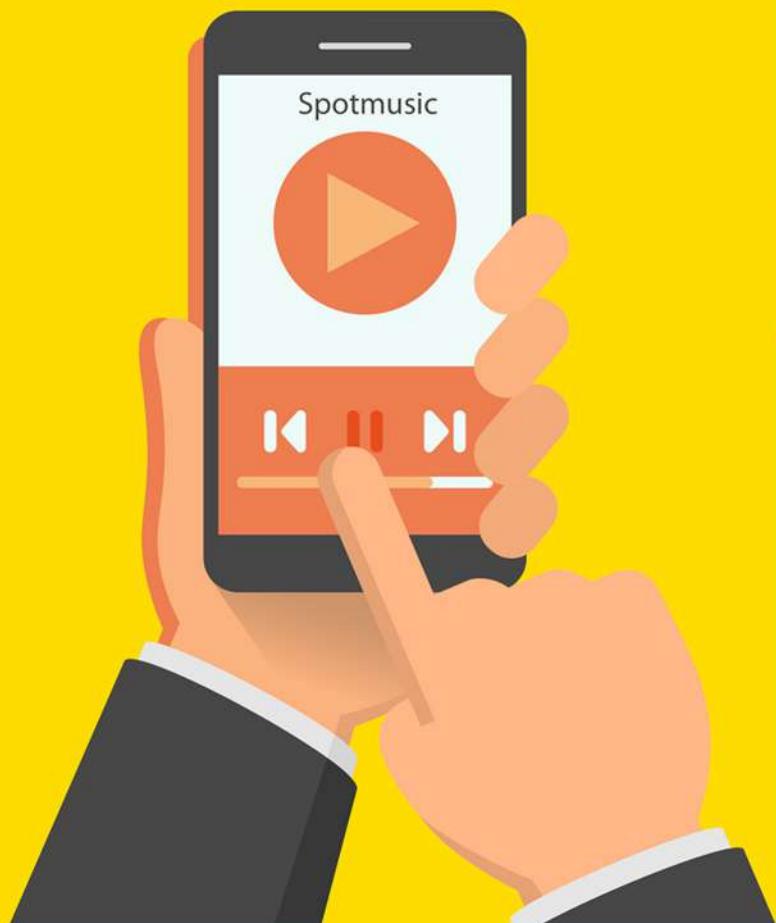
Com o apoio de todos, com as parcerias éticas estabelecidas, com as famílias, a sociedade, os órgãos governamentais, as empresas, a imprensa e os profissionais de saúde, teremos condições de oferecer às crianças de hoje a meta de ser a geração dos 100 anos: uma geração cidadã, íntegra e saudável.

BENEFÍCIOS DA AMAMENTAÇÃO

1. O leite materno é o alimento mais completo e equilibrado, pois atende a todas as necessidades de nutrientes e sais minerais da criança até os 6 meses de idade.
2. Fácil de ser digerido, provoca menos cólicas nos bebês.
3. Colabora para a formação do sistema imunológico da criança, previne alergias, obesidade e intolerância ao glúten.
4. Contém uma molécula chamada PSTI, responsável por proteger e reparar o intestino delicado dos recém-nascidos.
5. O momento da amamentação aumenta o vínculo entre mãe e filho e colabora para que a criança se relacione melhor com outras pessoas.
6. Previne a anemia.
7. A sucção ajuda no desenvolvimento da arcada dentária do bebê.
8. Quando o ômega 3 está presente no leite materno, o que varia de mulher para mulher de acordo com sua alimentação, ele ajuda no desenvolvimento e no crescimento dos prematuros nos primeiros meses de vida.
9. Ajuda no desprendimento da placenta, contribuindo para a volta do útero ao tamanho normal. Com isso, também evita o sangramento excessivo e, consequentemente, o sofrimento da mãe por conta de anemia.
10. Protege a mãe contra o câncer de mama e de ovário.
11. Estudo publicado no American Journal of Obstetrics revela que a amamentação reduz o risco de a mulher desenvolver síndrome metabólica (doenças cardíacas e diabetes) após a gravidez, inclusive para quem teve diabetes gestacional.
12. A amamentação dá às mães as sensações de bem-estar, de realização, e também ajuda a emagrecer, pois consome até 800 calorias por dia.
13. É de graça, natural, prático e não desperdiça recursos naturais.
14. Está sempre pronto para ser transportado e ingerido (não precisa nem aquecer).
15. Bebês que mamam exclusivamente no peito até os seis meses têm menos risco de desenvolver asma e artrite reumatoide e recebem uma proteína que combate vírus e bactérias do trato gastrointestinal.



A forma de
ouvir música
mudou.



O digital entrou em nossas vidas para ficar, e cada um aproveita da forma de que mais gosta! A Justiça Eleitoral gosta mesmo é de oferecer um processo eleitoral seguro, rápido e inclusivo, já que as urnas oferecem diversos mecanismos de acessibilidade.

A de votar
também.



DEMOCRACIA
DIGITAL

E não se esqueça:
participando e opinando
pelas redes sociais, você é
parte dessa

#DemocraciaDigital!
#JustiçaEleitoral